

A ECOCRÍTICA NA MIRA DA CRÍTICA ATUAL¹

Terry Gifford

A ecocrítica, enquanto movimento relativamente novo nos estudos culturais, tem estado extraordinariamente livre de crítica teórica interna. Tem havido debates sobre ênfases e lacunas, mas isso não desafiou diretamente as posições de quem originou o movimento. Ao contrário, esses debates apontam para novas direções para a pesquisa em campos variados: ecofeminismo, textos tóxicos,² natureza urbana, darwinismo, literaturas étnicas, justiça ambiental e ambientes virtuais, por exemplo. A ecocrítica não desenvolveu uma metodologia de trabalho, embora sua ênfase na interdisciplinaridade assuma que as humanidades e as ciências devem dialogar e que seus debates devem ser informados igualmente pela atividade crítica e criativa. Essas práticas são radicais o suficiente para quem se localiza dentro das demarcações disciplinares e das carreiras acadêmicas. É possível que a ausência de uma metodologia forneça a razão para a falta de um debate interno na década, desde o primeiro congresso da ASLE,³ em Fort Collins, em 1995. Não existem princípios teóricos fundamentais ou prática ecocrítica essencial contra a qual se rebelar. De fato, a própria inclusividade e civilidade da ecocrítica, que distingue sua conduta, pode ter sido a sua fraqueza e pode explicar porque um determinado número de colaboradores/as do debate, de Joseph Meeker (1972) a Kate Soper (1995),⁴ que ofereceram afirmações singulares e relevantes, saíram da cena ecocrítica. Assim, há duas críticas e duas grandes visões panorâmicas do movimento, oferecidas aos ecocríticos, nos últimos quatro anos.

Dana Phillips, que contribuiu para uma coletânea inicial de ensaios ecocríticos organizada pelo *establishment* ecocrítico (*Reading the Earth* ["Lendo a terra"], de Michael Branch, Rochelle Johnson, Daniel Patterson e Scott Slovic), lançou um ataque virulento ao movimento em *The Truth of Ecology* ("A verdade da ecologia"), em 2003. No ano seguinte, parcialmente em resposta a esse ataque, Michael P. Cohen fez sua crítica

no ensaio “Blues in the Green: Ecocriticism under Critique” (“Blues no verde: a ecocrítica na mira da crítica”), em *Environmental History* (“História ambiental”). Greg Garrard, atualmente presidente da ASLE do Reino Unido, forneceu a primeira visada em *Ecocriticism* (“Ecocrítica”), a ser seguido pelo terceiro livro de Lawrence Buell sobre ecocrítica, *The Future of Environmental Criticism* (“O futuro da crítica ambiental”), em 2005.⁵ Tanto Cohen quanto Buell comentam o livro de Phillips, mas não há cruzamento de referências entre essas duas obras. Enquanto que alguns dos argumentos do livro de Buell fornecem molduras interessantes através das quais discutir algumas preocupações levantadas por Phillips, Cohen e Garrard, este ensaio busca retomar os maiores *insights* de Buell para tendências de desenvolvimento passadas e futuras dentro do movimento ecocrítico.

Quando Buell sugere que podemos agora olhar para as duas ondas de desenvolvimento em ecocrítica, fica claro que Phillips amplamente ataca a primeira fase, na qual a literatura americana da natureza, a literatura silvestre e as experiências de epifania individual foram celebradas a partir de pressuposições de realismo e respeito. Cohen chama isso de “escola da canção de louvor” da ecocrítica.⁶ Esse é um alvo fácil, ainda que simplificado, e as estratégias dúbias de Phillips, tais como estabelecer Thoreau como um espantalho para se derrubar, e o seu tom arrogantemente cáustico (autores americanos são “vasos ocos de pura responsividade”)⁷ minimizam seu argumento e detratam seus *insights* originais, como os sobre o poema “Garbage” (“Lixo”) de A. R. Ammons, com o qual ele conclui. Conquanto concorde com Phillips sobre a condescendência que permeou o ar da prática ecocrítica, Cohen sugere que essa pode ser a própria razão pela qual a ecocrítica fracassou no sentido de gerar uma crítica interna rigorosa. Para Buell, é a ecocrítica britânica que, ao assumir Raymond Williams, em *The Country and the City* (“O campo e a cidade”, 1973) como ponto de partida, foi capaz de exercitar um ceticismo saudável para com a prática pastoral da ecocrítica e de empregar mais rigor crítico na busca, por exemplo, do “complexo pastoral”, identificado pela sua contraparte americana Leo Marx, em *The Machine in the Garden* (“A máquina no jardim”, 1964), como os ecocríticos americanos têm relutado em fazer.⁸ Para Buell, a segunda

onda é representada pelas abordagens revisionistas nos estudos culturais focados no ambientalismo evidentes hoje.

Buell admite que, “tanto [ecocríticos] da primeira onda quanto da segunda, sempre mostram o que superficialmente parece uma propensão fora de moda para modos ‘realísticos’ de representação”.⁹ De fato, é a própria obra de Buell que Phillips critica nesse respeito. Com boa graça, Buell responde a Phillips (“uma crítica extenuante que descobri instrutiva em certos pontos”), ao apontar que uma leitura superficial da mimesis em literatura ambiental deriva de uma noção reducionista de “uniformidade”, que está longe de ser verdadeira dos textos constrangidos de muito autores que escrevem sobre a natureza.¹⁰ Numa discussão sobre sete representações de árvores de um determinado número de épocas e culturas, Buell demonstra que a ecologia cultural é tão importante quanto a história natural, ao ler a mediação que ocorre na realidade nessas passagens. Ele, então, mostra que três diferentes teorias poderiam ser trazidas para desnudar tais passagens e que cada uma produziria um tipo diferente de relacionamento entre o texto e o mundo. A ecocrítica da primeira onda pode ter sido muito estreita no seu enfoque nas aparentemente “precisas” mediações da natureza, admite Buell, mas, na realidade, desembrulhando as mediações de arte, em todas as suas instabilidades, permanecerá uma atividade central e fundamentalmente essencial para os ecocríticos. Buell elabora a seguir três modelos “para pensar sobre a reciprocidade entre texto e ambiente: enquanto retórica, performance, e fazedora de mundo”.¹¹

Buell favorece uma macro-perspectiva que permite julgamentos morais a serem feitos sobre uma retórica contestadora, “sem cair num construtivismo cultural doutrinário ou num objetivismo doutrinário”. Ele quer afirmar que uma metáfora de água de uma comunidade indígena vista como “sangue vital”, tem mais validade do que a retórica endossada de água de uma companhia mineira como *commodity*. Em última análise, argumenta ele, “a retórica ambiental corretamente repousa em terreno moral e especialmente estético *mais do que científico*”.¹² Uma maior autoconsciência no uso da pesquisa “objetiva” científica por ecocríticos em direção ao tipo de julgamentos nos quais as humanidades se especializam, essa é a resposta implícita de Buell para o desafio feito por

Phillips de que os ecocríticos estavam se utilizando de metáforas ultrapassadas da ecologia o tempo todo. Phillips utiliza-se muito da retórica ultrapassada de “teias”, “correntes”, “pirâmides” e “nichos”, a qual ele assume ter harmonia não problemática implícita, equilíbrio e comunidade em conceitos do “crescimento de clímax”, “Gaia teoria” e “diversidade da espécie”. Ele aponta para as teorias atuais da instabilidade, competição e caos que eclipsaram uma teoria de sistemas deterministas. Seguindo Stephen Budiansky em *Nature's Keepers* (“Os guardadores da natureza”, 1995), Phillips caracteriza o que considera como a “verdade da ecologia” no título de seu livro, como “a ecologia da perturbação natural”.¹³ Criticando a retórica da ecofeminista Carolyn Merchant e do historiador ambiental Donald Worster naquilo que Cohen descreve como “ataque gratuito”,¹⁴ Phillips parece pensar que a ciência pode, conforme diz, “desnudar-se do pensamento analógico, metafórico e mitológico”.¹⁵ O próprio Phillips esconde-se atrás de uma fronteira aparentemente desafiadora, mas, na verdade, uma retórica ilusória do comentarista cultural pós-moderno Bruno Latour. Por exemplo, Phillips abraça o conceito de “natureza-cultura” de Latour, que enigmaticamente caracteriza como “fenômeno singular”.¹⁶ Garrard tipifica a posição pragmática da maioria dos ecocríticos ao encarar o *conundrum* de cuja versão de ecologia para usar como ecocríticos, quando sugere que os ecocríticos devem acessar e depois ceder ao consenso científico, “mesmo quando analisam, tais resultados são moldados pela ideologia e retórica”.¹⁷ A estratégia de Buell é apenas parcialmente satisfatória ao levantar o status da moral e da estética sobre o problema dos relativismos da retórica da ciência. O *conundrum* permanece e as avaliações do que é mais convincente enquanto “a melhor pedida” atual com o que trabalhar deve ser continuamente revisado, como eles são pelos próprios cientistas.

Quando Buell dá alguma atenção à forma como o teatro explora a relação entre texto e meio ambiente, ele chama a atenção para essa enorme lacuna nos estudos ecocríticos. Citando *An Enemy of the People* (“Um inimigo do povo”, 1882), de Ibsen, como o primeiro exemplo de um eco-drama, Buell discute sucintamente *A Dance of the Forests* (“Uma dança das florestas”, 1960), de Woyle Soyinka, e *Dream of Monkey Mountain* (“Sonho da montanha do macaco”, 1971), de Derek Wal-

cott. Os/As ecocríticos/as britânicos/as ainda precisam voltar sua atenção para textos como as peças organizadas por Ted Hughes, em *Sacred Earth Dramas* (“Dramas da terra sagrada”, Faber [1993]), o rádio-drama *Not Not Not Not Not Enough Oxygen* (“Sem sem sem sem sem oxigênio suficiente”, 1993), de Caryl Churchill, *Savages* (“Selvagens”, 1974), de Christopher Hampton e *Arcadia* (Faber, 1993), de Tom Stoppard, para listar apenas uma tese de doutorado não escrita. Infelizmente, Buell continua, nesse ponto, a relacionar textos com o ambiente de forma literal, ao fazer observações óbvias acerca de contextos exteriores de performance, antes de identificar uma outra área negligenciada, com meio século de literatura de ficção científica. Após discutir como os fracassos desse modo de “construção de mundo” são “mais interessantes, falando ecocriticamente”,¹⁸ Buell discute *The Lathe of Heaven* (“O torno celeste”, 1971), de Ursula Le Guin, e *Through the Arc of the Rainforest* (“Através do arco da floresta tropical”, 1990), de Karen Tei Yamashita. Ambos os romances são descritos como oferecendo “meta-reflexões na *hubris* potencial do projeto de reinventar o mundo, da ficção científica, de acordo com seus próprios termos”, mas as duas obras também “fazem a sombra da presença real da reinvenção, como um freio, consciência mesmo, nas imaginadas liberdades tomadas”.¹⁹ Novamente, a testagem desses modos de análise é necessária em relação à riqueza de textos desse gênero. O que Buell faz aqui é seguir o trabalho pioneiro de Don Elgin e Patrick Murphy,²⁰ ao expandir o alcance do discurso engajado pela ecocrítica, mas é, na verdade, indicativo da estreiteza de sua visão, que mesmo o vasto olhar de Greg Garrard não considera a ficção científica em seu capítulo sobre “o apocalipse”. Como já havia feito em seu tratamento do que chamou de “discurso tóxico” em seu último livro,²¹ Buell tenta expandir o campo da ecocrítica. Nesse livro ele também está entre os primeiros ecocríticos a considerar a globalização.

Michael Cohen sugere três características da ecocrítica do futuro naquilo que, ele espera, será o seu modo rigorosamente mais analítico e avaliativo:

ela enfocará lugar e região, trará a ciência de forma não diferente de *Changes in the Land* [“Mudanças na terra”, 1984] e incluirá uma crítica dos paradigmas glo-

bais – científicos e culturais –, conforme eles se ajustam em discussões do lugar local e desfechos ambientais futuros.²²

Buell é cauteloso acerca de endossar de modo fácil uma proposição de que escrever sobre o lugar é necessariamente bom: “para a crítica ambiental contemporânea, lugar sempre parece oferecer uma promessa de uma ‘política de resistência’ contra os excessos do modernismo – suas ‘colonizações espaciais’”. Contudo, ele adverte que “devotos do apego-a-lugar podem facilmente descambar para um determinismo ambiental sentimentalista”.²³ Fica claro que ele está pensando na preocupação da ecocrítica da primeira onda acerca de ficções e não ficções de “situaçionismo” ambiental, em estudos como o pioneiro *Seeking Awareness through American Nature Writing* (“Buscando conscientização através da literatura americana da natureza”, 1992), de Scott Slovic. Deve-se observar que Buell é cuidadoso, *com a licença de Phillips*, para evitar denegrir a obra anterior de ecocríticos como Slovic, que eram instrumentais em estabelecer e continuar a ser pivô e infraestrutura do movimento ecocrítico – no caso de Slovic, como editor de *ISLE*, o periódico internacional e interdisciplinar da *ASLE*. Apesar disso, a conscientização agora, aponta Buell, precisa trabalhar de ambas as formas, em direção à constituição de lugar pela natureza e pela cultura:

A emergência da crítica ambiental contemporânea é, em parte, a história de uma evolução do imaginar a vida-em-seu-lugar como deferência às afirmações de ambiente (natural) para uma compreensão da constituição-de-lugar como um processo culturalmente conjugado no qual a natureza e a cultura devem ser vistos como mutualidade e não domínios separados.²⁴

Uma complicação adicional nos estudos contemporâneos das representações de lugar nas artes é que o local está bastante conjugado com o global. Mesmo a ecocrítica da segunda onda ainda prefere lidar com o local como se fosse apenas regional e evita engajar-se com o paradoxo de alguns dos seus bem-viajados autores sobre local, como Barry Lopez.²⁵

Num espírito de reflexividade pós-moderno, Buell está pronto a admitir o paradoxo dos seus sentimentos acerca do lugar, quando escreve

seu livro: “Há outras formas de ser no mundo mais ricamente satisfatórias para mim do que escrever este parágrafo, sem o qual não poderia ter sido escrito”.²⁶ Esse sentido é aumentado pela sua “confissão trivial” de que perder a placa de seu carro interrompeu sua escrita, ao exigir que um dia fosse gasto numa sucessão de “não-lugares” para substituí-la. Tal honestidade para a situacionalidade nasce da tendência de Buell a sempre de considerar as qualificações necessárias e mesmo os opostos de suas proposições. É nesse espírito que ele revisita sua fenomenologia pentadimensional do subjetivo apego-ao-lugar elaborado em seu último livro,²⁷ para admitir agora uma necessidade de considerar as dimensões sócio-econômicas de lugar mais socialmente construídas que moldam, e podem estar tensionadas, com a experiência subjetiva de lugar.

Essa linha pensamento – que deixará surpresos analistas culturais contemporâneos ao descobrirem que ela está largamente ignorada pelos ecocríticos da primeira onda, em seu foco nas narrativas de epifania pessoal – leva Buell para a consideração da globalização, como previu Cohen. Na sua caminhada para fora, Buell faz observações astutas sobre o caso de amor da ecocrítica com regionalismo e auto-suficiência, tal como a advogada por Wendall Berry, que precisa do corretivo de uma campanha como a do Love Canal (contra a poluição da vizinhança por uma companhia química nos anos setenta), para contextualizar seu idealismo dentro do conjunto da América. Buell também faz observações sobre a força original da ecocrítica no desembrulhar mitografias de paisagens nacionais de Marx e Williams; sobre o uso do conceito de bioregionalismo; sobre o começo de seu engajamento com o urbano, ainda que mais numa escala micro do que macro; e, finalmente, sobre os modelos competitivos que ameaçam dividir a ecocrítica, quando se trata de análise global, como faz na disposição de modelos conflitantes de ecologia. Buell sugere que a forma avançada pode estar na exploração da dialética do local-global. Ele traz *Omeros* (1990), de Derek Walkot, como paradigma do “multivocal” e do “multilocal”, que oferece “a possibilidade de imaginar ‘senso de lugar’ em termos multiescalares: local, nacional, regional, trans-hemisférico, topográfica, histórica e culturalmente”.²⁸ É crédito para Buell que ele dê considerável atenção à análise de um texto na explicação dessas ideias amplas e ambíguas. Que isso

seja, de fato, ecocrítica pioneira em serviço está indicado na singular falta de exemplos que Garrard pode usar, quando discute o mesmo assunto. Enquanto Phillips não tem nada a dizer sobre as tensões do local e do global, Garrard claramente explica os termos representacionais e políticos do debate ao discutir globalização, mas identifica-a como uma possível atenção futura para a ecocrítica.

Entretanto, parece-me que, no capítulo sobre “The Ethics and Politics of Environmental Criticism” (“A ética e a política da crítica ambiental”), Buell começa a retornar ao antigos debates sem identificar novas direções além daquelas em processo, como ele faz de forma tão imaginativa na última parte desse capítulo. Ele revive um debate já longamente conhecido com Leo Marx, sobre se o foco da ecocrítica deveria ser ecocêntrico (sua própria posição original, que põe a natureza em primeiro plano, pisa mais levemente, reduz a *hubris*), ou antropocêntrico, no sentido usado por Marx para indicar que ela é um problema humano que precisa ser discutido. A posição de Buell parece ter mudado, a ponto de ele concluir que é duro “navegar a política do ambientalismo somente na base do ecocentrismo”.²⁹ É claro que Buell e Marx buscam mudanças no comportamento humano para o benefício tanto dos humanos quanto dos “habitantes” não-humanos dentro de uma casa da qual dependem. Mais crucial do que os rótulos de suas posições estratégicas é o debate sobre a fundação de suas posições éticas para a abordagem das mudanças que advogam, sejam elas “utilitárias”, ou um “respeito pela vida” neo-kantiano, ou “direitos da natureza” democrático-extensionistas, ou um modelo eco-liberal de “interesse” imputado, ou uma ética feminista de “cuidado”, ou uma ética neo-cristã de administração pastoral.³⁰ Buell admite que este catálogo é uma simplificação e, talvez não mais do que na noção monolítica do ecofeminismo, alinhada a uma noção gendrada de cuidado. Ecofeministas vão perceber que Buell raramente extrica-se desta dificuldade na sua breve discussão de gênero e que ele ignora novos desenvolvimentos, como a obra de Catriona Sandilands acerca de ecofeminismo queer e de ecologia queer,³¹ ao lado da pastoral gay de David Suttleton.³²

A rota de escape de Buell é apontar para o papel principal das ecofeministas no “movimento mais dinâmico dentro da crítica ambiental

agora, pelo menos nos Estados Unidos”, o movimento para o “revisio-
nismo da justiça ambiental”:

o engajamento com assuntos de bem-estar ambiental e equidade de mais urgen-
tes preocupações aos mais pobres e socialmente marginalizados: para paisagens
de urbanização, racismo, pobreza, e intoxicação; e para vozes de testemunhas e
vítimas da justiça ambiental.³³

É na sua discussão desse recente desenvolvimento, sublinhado por
Cohen, ignorado por Phillips e tratado de soslaio por Garrard, que Buell
fornece o esboço mais extenso do potencial da ecocrítica nesta direção
até agora. Garrard parece não ter conhecimento de *The Environmental
Justice Reader* (“Antologia de justiça ambiental”, 2002), o que talvez
seja indicativo da forma diferente que a ecocrítica britânica emoldurou
essa preocupação, embora possa ser observado que esta foi uma coletâ-
nea pioneira de ensaios comissionados, mais do que uma “antologia”
de obras selecionadas dentro de um campo estabelecido. Buell observa
que o livro foi organizado por três ecofeministas como uma extensão
desafiadora do campo primeiramente consolidado pelo *The Ecocriticism
Reader* (“Antologia ecocrítica”, 1996), mas suas próprias extensões ao
desafio merecem um esboço em detalhe, porque ele acredita nelas como
cruciais para a sobrevivência da ecocrítica:

a menos que a ecocrítica possa diretamente discutir a questão do *como* a natureza
é importante para aqueles leitores, críticos, professores e estudantes para quem a
preocupação ambiental não significa preservação da natureza, primeiramente, e,
mais importantemente, para quem a literatura e a poesia da natureza, e a narra-
tiva silvestre não parecem ser as formas mais atraentes da imaginação ambiental,
então o movimento pode fissurar e minguar.³⁴

Ele sugere que isso não deve acontecer porque os dois lados do “re-
visionismo da ecojustiça” estão mais interligados do que se possa pensar.
Desde o início, aponta ele, a ecocrítica buscou, através de suas confe-
rências e publicações, manter o estudo acadêmico próximo da “prática
ambiental”. Por outro lado, aqueles que buscavam justiça social reconhe-

cem que os assuntos ambientais estão no cerne das campanhas por acesso a fontes e liberdade da pobreza, saúde ruim e exploração. Enquanto que, na América, esse debate localiza-se mais obviamente em discussões de racismo ambiental, Buell sugere que a história com a qual a ecojustiça está preocupada tem “antecedentes europeus”, tais como o movimento de encerramento no início da Bretanha moderna.³⁵ Essa justaposição sublinha a tendência da ecocrítica britânica de emoldurar “ecojustiça” em termos de possessão, classe e comunidade, seguindo Raymond Williams. O terceiro ponto de otimismo para Buell está em sua observação de que a preocupação da primeira onda com o local e o regional é congruente com “o foco da ecojustiça revisionista em assuntos e narrativas da comunidade”.³⁶ Em quarto lugar, histórias revisionistas de movimentos de preservação nos Estados Unidos agora incluem referência a seus relacionamentos com necessidades e iniquidades crescentes urbanas. Finalmente, Buell acredita que a força moral das novas críticas do que foi assumido no passado como homogeneidade demográfica nos estudos acadêmicos ambientais tradicionais mostrar-se-ão como irresistíveis.

É claro que Buell é o primeiro a admitir que os interesses de diferentes minorias e suas representações por diferentes artistas e ativistas podem ocasionalmente estar em conflito. Assim como a preocupação britânica com classe na análise das representações do campo, desde a obra de Raymond Williams, pode ter resultado na negligência de raça e gênero por ecocríticos britânicos; na América, a dominação do racismo ambiental pode estar produzindo uma negligência de “contextos históricos e globais mais amplos”, onde os assuntos da poluição da comunidade pobre e branca, em Love Canal, ou a consideração do que pode ser aprendido da literatura que lida com direitos aborígenes, tendem a sofrer semelhante negligência. “Tal hesitação é compreensível numa era em que ecocríticos estão apenas começando a explorar cânones de minorias e críticos de minoria são ainda muito poucos numericamente”,³⁷ mas

a longo prazo, para que a ecojustiça revisionista se torne uma força transformativa e não simplesmente dissidente dentro da crítica ambiental, um engajamento mais completo com as afinidades bem como com as diferenças entre os arquivos da imaginação ambiental branca e das minorias será possivelmente necessária.³⁸

Esse trabalho comparativo dentro de um contexto pós-colonial pode tornar-se um rico campo dentro da ecocrítica britânica.

Em sua crítica radical sobre futuros desenvolvimentos, Buell sugere dois tipos de narrativa para estudo futuro, que seriam novas para leituras ecocríticas. A primeira diz respeito à doença ambiental, incluindo as relativas a “imigrantes miseráveis”. O crítico também seguiu por esta estrada em estudos pioneiros de “discurso tóxico”, no seu último livro. Para ele, *Condition of the Working Class in England* (“Condições da classe trabalhadora na Inglaterra”, 1845), de Engels, deveria ser tratado como um texto de literatura ambiental, da mesma forma que *Hard Times* (“Tempos difíceis”), de Dickens, e *North and South* (“Norte e sul”), de Gaskell (conforme sugeriu, em 2002, o ecocrítico britânico John Parham).³⁹ Para Buell, atenção deveria ser dada não apenas ao poema “London”, de Blake,⁴⁰ e sim ao “The Chimney Sweeper” (“O limpador de chaminés”), como também a amplas partes de *Jerusalem* (1820). Sua sugestão é de que esse tipo de narrativa deveria ser buscado numa base mundial e, de fato, é amplo o alcance das referências nesse livro, que oferece muitos textos em tradução para futuros estudos. O segundo tipo de narrativa é denominado por Buell de “literatura de refugismo” – cujo assunto é o mesmo de muito de *The Country and the City* (“O campo e a cidade”), de Raymond Williams –, citando Williams ao contrastar a *Arcadia*, de Sidney, com o destino de locatários despejados para criar um parque em Wiltshire, onde a obra foi escrita.⁴¹ Tal abordagem chama a atenção para os silêncios nos textos, tanto quanto seu conteúdo, e leva Buell a observar a ausência de menção da contaminação nuclear da terra e das pessoas em *Desert Solitaire* (“Deserto solitário”, 1968), de Edward Abbey, e em *Ceremony* (“Cerimônia”, 1977), de Leslie Silko, dois textos canônicos da ecocrítica da primeira onda.

Assim, Buell argumenta não apenas a favor da expansão do cânone, mas pela sua releitura de novas maneiras, práticas estas que ele exemplifica em seu livro, ao continuamente retornar ao seu próprio primeiro campo de estudo com novos *insights* para o *Walden*, de Thoreau, e ao concluir o capítulo com uma análise estendida de dois textos australianos “que ainda sugerem como preocupações da justiça ambiental podem jogar para frente e para trás subculturas dominantes e marginalizadas”.⁴² O resultado é

a observação de que nem o poema protesto “Celebrators 88” (1988), do escritor aborígine Kevin Gilbert, nem a novela “Inventing the Weather” (“Inventando o tempo”, 1992), da escritora feminista de Queensland, Thea Astley, podem ser vistos como obras ecocêntricas, mas sua “política cultural antropocêntrica de justiça ambiental parece exigir um apelo aos cenários ecocêntricos”.⁴³ Isso talvez nem surpreenda, pois “lugar”, “terra”, “recursos naturais” e “colegas habitantes” têm sido tão forte e culturalmente construídos que têm que ser desembulhados no processo de decidir o que justiça ambiental significa em cada contexto específico. Assim, Buell fica estimulado pelas indicações de que a ecocrítica movimenta-se para dar atenção a ambientes outros, diferentes do amplamente natural, de forma que ambientes sociais e naturais sejam reconhecidos como inseparáveis. Equilibrando as necessidades de ambos em desenvolver uma ética de benefício mútuo, difícil como isso será, deve levar a ecocrítica além dos assuntos de representação e para dentro da arena de política pública ambiental, onde os grandes desafios para a imaginação ambiental estão localizados. Buell endossa a sugestão de Cohen, de que a ecocrítica deve “buscar autoridade, a partir de fontes fora de si mesmas, incluindo fora da academia; incluindo vítimas” e que, inseridas no cânone, devem ser “estratégias textuais” de “retórica institucional” para a administração de ambientes povoados e despovoados.⁴⁴ Garrard vai mais além, ao incluir o virtual em seu conceito de ambiente, e apontar que a simulação está se tornando um assunto para a atenção da ecocrítica.⁴⁵

As previsões de Cohen para o futuro da ecocrítica já foram mencionadas como temas elaborados por Buell, em seu livro. Já Phillips conclui o seu recomendando “uma estratégia crítica de não civilidade” que, acertadamente, caracteriza sua própria obra e um foco sobre o que A. R. Ammons vagamente chama de “realidade conflituosa”.⁴⁶ Garrard identifica os dois desafios “conflituosos” encarando a ecocrítica como a globalização e a ecologia pós-moderna, ambas a produzir um senso de relacionamento pragmático, “mutável de cultura e natureza”,⁴⁷ que problematiza mais do que esclarece, conforme faz Garrard, em sua abordagem pós-moderna dos conceitos discutidos em seu livro. Talvez isso ocorra porque está melhor exemplificado pela sua proposição final de uma ecocrítica

sintonizada com a justiça ambiental, mas que não descarta as afirmações do comércio e da tecnologia; moldada pelo conhecimento de problemas ambientais longamente conhecidos, mas cautelosa do apocalipsismo; informada pelo *insight* ecológico artístico e também científico; e comprometida com a preservação da diversidade biológica do planeta por todos os seus habitantes.⁴⁸

Equilibrar todas essas tensões parece não apenas impossível, quando tantas delas estão quase sempre em conflito direto com a prática, mas Garrard não oferece nenhuma indicação de que esteja sendo desenvolvido um modelo de investigação que possa engajar todos esses elementos de uma só vez. Presumivelmente, ele quer dizer que o próximo passo para a ecocrítica é desenvolver uma estratégia que confronte os dilemas que nascem desta proposição. Buell faz uma abordagem mais ampla para os desafios que encaram o movimento ecocrítico como um todo, dos quais o tema de não apenas modelos adequados, mas novos paradigmas metodológicos, é um dos quais ele tem um sentimento de ambivalência sobre seu progresso até agora.

Para sua decepção, a ecocrítica fracassou por não ter um impacto metodológico na teoria literária da mesma forma que o novo formalismo ou a desconstrução. Contudo, se fizer tanto quanto o feminismo e o pós-colonialismo, por exemplo, para alterar os termos nos quais a investigação cultural é conduzida, isso já seria uma contribuição admirável e alcançável a longo prazo. Ele fala sobre a história ambiental e a ética ambiental, que é tão antiga quanto a crítica literária ambiental, que alterou as molduras, mas não os “modelos de campo já sancionados” de investigação na história e na filosofia. A originalidade conceitual na ecocrítica produziu revisões, releituras e reexames de um grande número de textos, enquanto que a interdisciplinaridade, que é sua força mais distintiva, impede o estabelecimento de uma metodologia monolítica. Buell fala aqui como um inovador dentro da comunidade de ecocríticos, que foi influenciado pelo conceito emergente de justiça ambiental para explorar a área de “discurso tóxico” em seu último livro, assim como foi levado a reconsiderar o modo pastoral como uma força “contrainstitucional” para o futuro em seu primeiro livro,⁴⁹ por exemplo. E deve ser observado que o Glossário que ele coloca em seu livro é o mais

completo e especializado já produzido para os novatos no campo, fazendo, assim, uma contribuição útil para seu reconhecimento.

Mas o movimento enfrenta pelo menos três desafios, além de seus próprios modos de investigação, de acordo com Buell. O primeiro é sustentar a organização impressionante da ASLE nos Estados Unidos, que já se beneficiou da energia intelectual de tantos ecocríticos em seu periódico, website, congressos, encontros regionais, catálogos, bibliografias, grupos de contato e suporte estudantil. Agora existem grupos no Reino Unido, com o periódico *Green Letters*, Japão, Coréia, Austrália-Nova Zelândia e Europa. Links internacionais são fortes e devem produzir projetos de pesquisas integrados e comparativos no futuro. Por outro lado, a legitimação profissional tem sido vagarosa dentro da academia nos dois lados do Atlântico. A influência dentro do campo do conhecimento é ainda pequena e programas de pós-graduação especializados são poucos, embora, no Reino Unido, a AHRB⁵⁰ tenha transformado o ambiente num tema de pesquisa para futuros financiamentos, ao lado de migração e diáspora. O terceiro desafio permanece sendo um que é raramente mencionado no Reino Unido: fazer links com artistas e ativistas, a fim de ter um impacto além do campo acadêmico. Buell não tem certeza de que isso deva ser trabalho de acadêmicos e observa a alta qualidade dos melhores trabalhos ecocríticos que estão sendo publicados. Quando ele diz que editores que se especializam em ecocrítica nos Estados Unidos, “tendem ainda a ser de segunda classe”,⁵¹ somos lembrados de que ele não está pensando em termos RAE,⁵² mas como professor de Harvard, embora ele acrescente que esses editores têm construído reputações honrosas para si próprios, ao fazê-lo. Contudo, ele tem certamente razão ao dizer que “impacto intra-campo seguido pela percolação que goteja é o que um trabalho acadêmico deve buscar de qualquer forma”.⁵³

Parece-me que a crítica de Cohen, que não foi totalmente representada aqui e está endereçada à ASLE dos Estados Unidos nos seus comentários mais desafiadores, é aguda e oportuna. É interessante que seus pontos principais coincidam com alguns dos feitos por Buell, em grande parte. Da perspectiva de ambos os comentaristas, o livro de Phillips começa a parecer estreito em proporção e espírito, embora utilmente provocador e posto à prova, como aponta Cohen. A visão pano-

râmica de Greg Garrard, em contraste, é mais equilibrada em seu rigor, ao pesar as forças e fragilidades dos conceitos considerados, embora a estrutura do livro restrinja seu engajamento com relação à gama de reflexões levadas por Buell. Deve ser dito que muitas das direções para futuro trabalho da ecocrítica, que Buell esboça, foram identificadas por John Parham, para atenção da ecocrítica britânica em seu “Prefácio” à coletânea de ensaios *The Environmental Tradition in English Literature* (“A Tradição ambiental na literatura inglesa”, 2002), com os subtítulos “Interdisciplinaridade”, “Não científicidade”, “Reflexividade”, “Áreas de pesquisa”, “Ecocrítica urbana” e “Pedagogia e institucionalização”. Também deve ser dito que estes retêm sua posição como *os desafios que encaram a ecocrítica britânica, embora ela esteja levando um trabalho pioneiro* nas esquinas do campo, que ainda não foi dada importância pelos ecocríticos americanos: literatura do inglês médio (Gilliam Rudd), estudos sobre o cinema verde (David Ingram), letras de canções (David Ingram, no prelo) e literatura alemã (Axel Goodbody), para nomear alguns.⁵⁴ Além do que, deve ser considerado, também, o famoso crítico Jonathan Bate, cuja obra é lida e resenhada amplamente, tanto dentro do campo de conhecimento quanto fora dele, ao lado do que Garrard chama de “práticas de leitura hibridizadas”, exemplificadas pela habilidade de Richard Kerridge de retirar de um leque de perspectivas teóricas, para discutir o risco pós-moderno em BSE,⁵⁵ ou nos romances de Thomas Hardy,⁵⁶ e a ecocrítica britânica desenvolveu algumas vantagens posicionais em relação aos assuntos de penetração cultural que Buell finalmente levanta. O livro de Buell deve atizar os ecocríticos britânicos a reconsiderar tanto a sua distintividade quanto o alcance dos desafios que os encaram.

Notas

¹ Este ensaio foi traduzido por Izabel Brandão, professora associada de Literaturas de Língua Inglesa e Brasileira Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, que agradece ao autor a sua permissão para a tradução.

² Termo criado que se refere a textos que lidam com assuntos surgidos a partir do lixo tóxico/lixo nuclear e envenenamentos. [Nota da tradutora].

³ ASLE é a Association for the Study of Literature and Environment (“Associação para o Estudo da Literatura e do Ambiente”). [Nota da tradutora].

⁴ MEEKER, J. *The Comedy of Survival: Literary Ecology and a Play Ethic*. Tuscon: University of Arizona Press, 1972. [3. ed. 1997]; SOPER, K. *What is Nature?*. Oxford: Blackwell, 1995.

⁵ Ver BRANCH, M.P.; JOHNSON, R.; PATTERSON, D.; SLOVIC, S. (Ed.). *Reading The Earth: New Directions in the Study of Literature and Environment*. Moscow: University of Idaho Press, 1998; PHILLIPS, D. *The Truth of Ecology*. New York: Oxford University Press, 2003; COHEN, M. Blues in the Green: Ecocriticism under Critique. *Environmental History*, v. 9, n. 1, jan. 2004; GARRARD, G. *Ecocriticism*. London: Routledge, 2004; BUELL, L. *The Future of Environmental Criticism*. Oxford: Blackwell, 2005 (ver também, do mesmo autor: *The Environmental Imagination*. Cambridge: Harvard University Press, 1995; *Writing for an Endangered World*. Cambridge: Harvard University Press, 2001).

⁶ Cohen, op. cit., p. 22.

⁷ Phillips, op. cit., p. 181, 220.

⁸ Buell, *The Future of Environmental Criticism*, p. 16.

⁹ Ibidem, p. 31.

¹⁰ Ibidem, p. 31-32.

¹¹ Ibidem, p. 45.

¹² Ibidem, p. 46.

¹³ Phillips, op. cit., p. 82.

¹⁴ Cohen, op. cit., p. 28.

¹⁵ Phillips, op. cit., p. 58.

¹⁶ Ibidem, p. 39.

¹⁷ Garrard, op. cit., p. 107.

¹⁸ Buell, *The Future of Environmental Criticism*, p. 58.

¹⁹ Ibidem, p. 60.

²⁰ ELGIN, D. *The Comedy of the Fantastic*. Westport: Greenwood Press, 1985; MURPHY, P. D. The Non-Alibi of Alien Scapes: SF and Ecocriticism. In: ARMBRUSTER, K. e WAL-LACE, K. R. (Ed.). *Beyond Nature Writing: Expanding the Boundaries of Ecocriticism*. Charlottesville: University Press of Virginia, 2001. p. 63-78.

²¹ Buell, *Writing for an Endangered World*, p. 30-54.

²² Cohen, op. cit., p. 23.

²³ Buell, *The Future of Environmental Criticism*, p. 65-66.

²⁴ Ibidem, p. 67.

²⁵ Ibidem, p. 69.

²⁶ Ibidem, p. 71.

²⁷ Buell, *Writing for an Endangered World*, p. 64-78.

²⁸ Idem, *The Future of Environmental Criticism*, p.92, 96.

²⁹ Ibidem, p. 108.

³⁰ Ibidem, p. 107.

³¹ SANDILANDS, C. The Importance of Reading Queerly: Jewett's *Deephaven* as Feminist Ecology. *ISLE*, Universidade de Nevada, Reno, v. 11, n. 2, p. 57-78, Summer 2004; Lesbian Separatists and Environmental Experience: Notes Towards a Queer Ecology. *Organisation and Environment*, n. 15, p. 131-63, 2002.

³² SHUTTLETON, D. The Queer Politics of Gay Pastoral. In: PHILLIPS, R.; WEST, D. e SHUTTLETON, D. (Ed.). *De-Centring Sexualities: Politics and Representation Beyond the Metropolis*. London: Routledge, 2000. p. 125-46.

- ³³ Buell, *The Future of Environmental Criticism*, p. 112.
- ³⁴ Ibidem, p. 113.
- ³⁵ Ibidem, p. 114.
- ³⁶ Ibidem, p. 115.
- ³⁷ Ibidem, p. 118.
- ³⁸ Ibidem, p. 119.
- ³⁹ PARHAM, J. (Ed.). *The Environmental Tradition in English Literature*. Aldershot: Ashgate, 2002. p. xv.
- ⁴⁰ Ver GIFFORD, T. *Pastoral*. London: Routledge, 1999. p. 134-35.
- ⁴¹ Buell, *The Future of Environmental Criticism*, p. 121.
- ⁴² Ibidem, p. 123.
- ⁴³ Ibidem, p. 125.
- ⁴⁴ Cohen, op. cit., p. 27-29.
- ⁴⁵ Garrard, op. cit., p. 169.
- ⁴⁶ Phillips, op. cit., p. 242, 247.
- ⁴⁷ Garrard, op. cit., p. 179.
- ⁴⁸ Ibidem, p. 182.
- ⁴⁹ Buell, *The Environmental Imagination*, p. 50.
- ⁵⁰ AHRB, The Arts and Humanities Research Council (“Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades”). [Nota da tradutora].
- ⁵¹ Buell, *The Future of Environmental Criticism*, p. 129.
- ⁵² RAE, The Research Assessment Exercise (“Exercício de Avaliação de Pesquisa”) é o sistema de avaliação das universidades britânicas, que, a cada cinco anos, passam pelo processo com vistas a financiamento para as que obtiverem melhores resultados. [Nota da tradutora].
- ⁵³ Buell, *The Future of Environmental Criticism*, p. 133.
- ⁵⁴ RUDD, G. Making the Rocks Disappear: Refocusing Chaucer’s Knight’s and Franklin’s Tales. In: PARHAM, J. (Ed.). *The Environmental Tradition in English Literature*, op. cit., p. 117-129; INGRAM, D. *Green Screen: Environmentalism and Hollywood Cinema*. Exeter: University of Exeter Press, 2000; GOODBODY, A. (Ed.). *The Culture of German Environmentalism: Anxieties, Visions, Realities*. Oxford: Berghahn, 2002.
- ⁵⁵ A sigla quer dizer Bovine Spongiform Encephalopathy, ou Encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como “doença da vaca louca”. [Nota da tradutora].
- ⁵⁶ Garrard, op. cit., p. 177.

Resumo

Este artigo considera quatro críticas recentes da ecocrítica, em grande parte da forma como desenvolveu-se nos EUA, embora a visão panorâmica de um autor britânico seja também apresentada. Fornece uma história das fases da ecocrítica e uma indicação de debates e tendências correntes e futuros conforme discutidos pelos quatro autores. Conclui com um desafio à ecocrítica brasileira para aprender com essas críticas e encontrar a sua distintividade dentro de suas próprias ricas tradições. Uma versão anterior apareceu em *New Formations: Earthographies: Ecocriticism and Culture*, n. 64, p. 15-24, Spring 2008.

Palavras-chave

Ecocrítica; justiça ambiental; ecologia cultural; regionalismo/globalização; pós-colonialismo.

Recebido para publicação em
15/05/2009

Abstract

This paper considers four recent critiques of ecocriticism, largely as it has developed in the USA, although one overview is by a British author. It provides a history of the phases of ecocriticism and an indication of current and future debates and trends, as discussed by these four authors. It concludes with a challenge to Brazilian ecocriticism to learn from these critiques and to find its distinctiveness within its own rich traditions. An earlier version of this paper appeared in *New Formations: Earthographies: Ecocriticism and Culture*, No 64, pp.15-24, Spring 2008.

Key words

Ecocriticism; environmental justice; cultural ecology; regionalism/globalisation; postcolonialism.

Aceito em
26/06/2009